



“DE QUE FIZ ESTE TERMO”: ESTUDO FILOLÓGICO-DIPLOMÁTICO DE DOCUMENTO SOROCABANO (1667)

Ivan Douglas de Souza

Instituto Federal de São Paulo – IFSP, Boituva, SP, Brasil.

ivan.souza@ifsp.edu.br

João Pedro Quintiliano

Instituto Federal de São Paulo – IFSP, Boituva, SP, Brasil.

joao.quintiliano@aluno.ifsp.edu.br

Resumo

O presente estudo se desenvolve por meio da análise filológica de um documento oriundo da Câmara da vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba. O referido texto, redigido no século XVII, faz parte, hoje, do acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). O objetivo geral é publicar a sua transcrição modernizada. Por conta do cunho jurídico do documento, utilizamos a Diplomática, dentre as disciplinas filológicas, para as análises tanto dos seus elementos internos quanto dos externos. Desse modo, os resultados mostram que o documento em questão se configura como termo. Concluimos que nosso *corpus* compõe fonte primária de grande relevância histórica e diplomática.

Palavras-chave: Manuscritos; Filologia; Diplomática; Câmara Municipal; Sorocaba.

“OF WHICH I HAVE DONE THIS TERM”: PHILOLOGICAL-DIPLOMATIC STUDY OF A DOCUMENT FROM SOROCABA (1667)

Abstract

The present study unfolds through the philological analysis of a document from Sorocaba's Town Hall. The manuscript, written in the 17th century, is currently kept in the collection of the Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). The general aim of the study is to publish the modernized transcription of the text. Due to the legal nature of the document,

Diplomatics is employed, among the philological disciplines, for the documentary analyses. The results achieved so far show that the document constitutes a term. We conclude that our *corpus* composes relevant primary source for historical and diplomatic studies.

Keywords: Manuscripts; Philology; Diplomatics; Town Hall; Sorocaba.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo, subscrito no âmbito das pesquisas filológicas, tem como objetivo estudar um manuscrito da vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba datado de 04 de junho de 1667. Isso significa dizer que diferentes aspectos documentais são analisados ao colocarmos em prática o “caráter transcendente” da Filologia, tal que sugere Costa (2015, p. 156).

Tendo em vista que o manuscrito aqui analisado é um documento oficial da Câmara da vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, elevada à categoria de cidade (com a denominação Sorocaba, apenas) pela lei provincial de 05 de fevereiro de 1842, adotamos como fundamentação teórica autores que se dedicam ao estudo diplomático das diferentes camadas de informações contidas em textos manuscritos.

De modo geral, objetivamos, pois, divulgar a edição modernizada do referido texto histórico, escrito no século XVII. Como objetivo específico, visamos descrever seus aspectos diplomáticos, mais especificamente sua estrutura interna enquanto documento jurídico-administrativo a fim de constatar que estamos diante de um documento da espécie termo.

Os resultados, abarcando as características documentais elencadas anteriormente, nos permitem levantar um panorama da escrita camarária seiscentista em Sorocaba. Logo, este artigo contribui com as pesquisas em Filologia que se dedicam a reunir e editar, fidedignamente, *corpora* para estudos em diversas áreas do conhecimento. Além disso, o presente trabalho gera resultados imediatos no que diz respeito às pesquisas na área da Diplomática, pois identificamos a espécie documental termo em um conjunto de manuscritos geralmente tratados como atas.

A edição de documentos camarários coloniais se faz necessária, pois é com ela que se torna possível construir materiais tanto para estudos linguísticos quanto para estudos históricos. E, uma vez que o nosso *corpus* é constituído por documentos relativos à vereança, damos nossa contribuição para estudo sobre o funcionamento das câmaras municipais brasileiras durante o período colonial. Nesse sentido, recolher e editar documentos das

primeiras localidades elevadas à categoria de vila em território brasileiro se mostra um dos caminhos para a construção de *corpora* para diversas aplicações científicas.

Pelo exposto, notamos que a seleção de manuscritos produzidos na vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba atende aos critérios de temporalidade e de relevância histórico-geográfica esboçados anteriormente. A fundação de Sorocaba está ligada, assim como a de várias cidades paulistas, às bandeiras do século XVI e XVII. No início do século da chegada dos portugueses, Sorocaba já fazia parte de um caminho percorrido por indígenas, caminho este que ligava o litoral Atlântico até o Paraguai. Uma das bandeiras que passou por Sorocaba foi a que tinha como destino as reduções jesuíticas do Guairá, a qual teve a participação de André Fernandes, um dos fundadores de Santana de Parnaíba, junto de seu irmão Baltasar Fernandes. Este último viria, em 1654, a se instalar na beira do rio Sorocaba e, em 3 de março de 1661, fundar a vila de Sorocaba, por meio de um requerimento ao Governador, elevando o povoamento ali existente à categoria de vila. No mesmo dia, foi instalada a Câmara com a nomeação de seus oficiais, os juízes Baltasar Fernandes e seu genro André de Zunega, os vereadores Cláudio, Furquim e Pascoal Leite Pais e o procurador Domingos Garcia. O primeiro escrivão da Câmara sorocabana foi Francisco Sanches (Almeida, 1964).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Essa seção apresenta o referencial teórico da pesquisa. Optamos por dividi-la em dois subitens: no primeiro deles, discorreremos sobre a fundamentação teórica que embasa o trabalho filológico de modo geral; em seguida, tratamos especificamente das bases científicas da análise diplomática aplicada a documentos jurídico-administrativos.

2.1 A Filologia

Nossa pesquisa se baseia no uso da Filologia para o exame de manuscritos. Muito embora seja uma ciência antiga, ela tem desaparecido dos cursos de graduação em Letras das instituições de ensino superior brasileiras. Por esse motivo, não raro depararmo-nos com estudantes do Ensino Médio ou adultos já em idade economicamente produtiva que nunca ouviram falar sobre Filologia. Assim, cumpre trazer aqui algumas palavras introdutórias sobre o conceito de Filologia, seu objeto de estudo e suas funções.

De um ponto de vista etimológico, Filologia é uma palavra de origem grega tomada de empréstimo pelo Latim. Seu significado seria amor (*filo*) pelo estudo, pela erudição, pelo conhecimento (*logia*) (Carvalho e Silva, 2002). Nessa perspectiva, Bassetto (2005, p. 23 apud Costa, 2015, p. 154) aponta que tal vocábulo poderia ser utilizado para descrever uma pessoa com “amplos conhecimentos gerais ou específicos, de cultura em geral e de domínio da linguagem em particular”, ou seja, o “amor à (ao estudo da) palavra”.

Já de uma perspectiva prático-metodológica, sabe-se que a Filologia surge em Alexandria, Egito, durante o período helenístico, no qual a língua e a cultura gregas ganham especial atenção dos eruditos. Na lendária Biblioteca de Alexandria, estudiosos anotavam seus comentários nas margens dos textos clássicos, além de, quando necessário, corrigirem ou emendarem as obras que liam. É nesse contexto que emerge a figura do *filólogo*, ou seja, o estudioso dos textos escritos antigos que, de tão sábio, podia ler, interpretar, preencher lacunas e comentar os mais importantes monumentos literários e documentos oficiais do passado.

Em meados do século XIX, a Filologia conhece sua primeira delimitação enquanto método científico. O responsável por estabelecer a sistematização do trabalho filológico é o alemão Karl Lachmann (1793-1851). De acordo com Spaggiari e Perugi (2004), Karl Lachmann não publica uma obra na qual tenha explicitado o seu método de edição de textos manuscritos¹. Essa tarefa, ou seja, a publicação e a explicação do chamado método Lachmanniano é realizada, de fato, por outro filólogo alemão. Em 1927, Paul Maas publica sua obra mais importante, *Textkritikm*, na qual os postulados de Lachmann são listados e explanados. Anos mais tarde, em 1958, quando Maas já vivia no Reino Unido e lecionava em Oxford, seu texto é traduzido para o inglês com o título *Textual criticism*. Em todo caso, o método desenvolvido por Lachmann e sistematizado por Maas consiste nos seguintes passos:

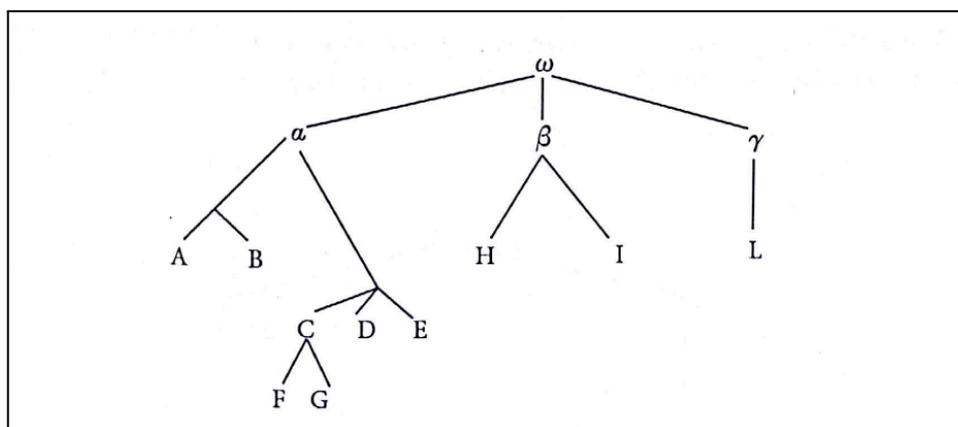
1. *Recensio* ou recensão: a recolha de todo o material que tenha transmitido o texto a ser editado. Cada item é chamado *testemunho*.
2. *Examinatio* ou exame: estudo dos testemunhos a fim de se avaliar se alguns deles pode se configurar como *original*, ou seja, o testemunho produzido manualmente ou intelectualmente pelo seu próprio autor. Nesse ponto, dois casos podem ocorrer:
 - a. O texto a ser trabalhado conta com apenas um testemunho (*codex unicus*).
Aqui, o filólogo deverá apenas descrevê-lo e decifrá-lo. Ao dar a público o

¹ Ele o faz, de modo sucinto e não-sistematizado em 1850, no prefácio de sua edição da obra *De Natura Rerum*, de Lucrécio (CAMBRAIA, 2005, p. 51).

texto editado, o profissional corrige eventuais erros e emenda suas lacunas pelo método da conjectura, ou seja, por dedução.

- b. O texto a ser editado apresenta mais de um testemunho, o que chamamos de tradição múltipla). Aqui, o método avança para as seguintes fases:
3. *Collatio* ou colação: exame comparativo entre os testemunhos. Nessa etapa, o que se busca é um possível parentesco entre manuscritos, o qual se dá por meio dos erros, tanto os divergentes quanto os comuns entre testemunhos.
4. *Stemma codicum* ou estema: processo de formação das “famílias” de testemunhos. Segundo o método, erros divergentes formam grupos de manuscritos. Isso quer dizer que esses testemunhos são cópias independentes de um modelo perdido, chamado *arquétipo*. Por outro lado, se dois ou mais testemunhos contêm o mesmo erro, eles provavelmente pertencem à mesma família, ou seja, um é cópia do outro. O *stemma codicum* se representa tal qual uma árvore genealógica do texto. Nele, os manuscritos e suas cópias aparecem nos ramos inferiores, como no exemplo a seguir:

Figura 1 – Exemplo de estema.



Fonte: Spaggiari e Perugi (2004, p. 37).

A Figura 1 acima mostra o estema de uma tradição manuscrita que sobrevive em 10 testemunhos, nos quais três erros divergentes de cópia foram encontrados. O esquema parte sempre da letra grega ω , que representa o arquétipo, ou seja, o texto perdido intermediário entre o original (igualmente perdido) e a tradição que se tem em mãos. Logo abaixo, temos α , β e γ , as quais indicam os subarquéticos, que são as três cópias hipotéticas que teriam dado origem aos três erros divergentes. Nos níveis inferiores, encontramos as letras latinas

maiúsculas (A, B, C etc.), as quais representam os 10 testemunhos existentes (reparamos que F e G são cópias idênticas de C, ou seja, aqueles 2 primeiros contêm o mesmo erro matriz do subarquétipo α e os mesmos erros pertencentes apenas ao manuscrito C).

5. *Eliminatio codicum descriptorum* ou eliminação das cópias: descarte, para fins de edição, dos manuscritos que se situam nos ramos inferiores da árvore genealógica do texto. No caso da Figura 1, os testemunhos F e G seriam descartados.
6. *Constitutio textus* ou reconstituição do texto: fase final da edição, ou seja, a tentativa de estabelecer o texto mais próximo possível do original perdido. A partir do estema, o editor deverá reescrever o texto tendo em vista as variações encontradas nos manuscritos selecionados. Na hipótese do estema da Figura 1, teríamos 8 testemunhos de um mesmo arquétipo perdido para o estabelecimento do texto a ser publicado.
7. Aparato crítico: conjunto de explicações (geralmente em notas de rodapé) a respeito das escolhas do editor por uma e não outra entre duas ou mais variantes² em um texto. Voltando ao nosso estema da Figura 1, consideremos que um determinado trecho da obra sendo editada apresenta a variação entre as palavras “grama” (4 ocorrências) e “lama” (4 ocorrências). Aqui, o filólogo terá que optar por uma delas e lançar em nota a existência, em quatro manuscritos da tradição, da variante que ele, editor, julgou não pertencente ao texto pensado (e muito possivelmente executado) pelo autor³.

Após Lachmann, gerações de estudiosos dos manuscritos aplicaram e renovaram seu método. Apenas no início do século XX, sua proposta foi questionada. O francês Joseph Bédier (1864-1938) debate, sobretudo entre 1912 e 1928, a necessidade de se realizar um *stemma codicum* e o próprio conceito de “erro”, voltando, desse modo, à filologia helenista, na qual havendo uma tradição textual, editava-se o *codex optimus*, ou seja, o “melhor” testemunho, selecionado subjetivamente pelo filólogo (Spaggiari e Perugi, 2004).

Finalmente, nas décadas de 30 e 40 do século passado, o italiano Giorgio Pasquali propõe uma flexibilização do método Lachmanniano ao mesmo tempo em que diverge da adoção do *codex optimus* sugerida por Bédier. Sua contribuição à evolução da ciência filológica parte da ideia de que existem, especialmente nos manuscritos modernos, as variantes evolutivas, ou seja, aquelas realizadas pelos copistas numa tradição manuscrita, e

² Sobre a tipologia das variantes, ver Spaggiari e Perugi (2004, cap. 4).

³ A formatação e o aprofundamento do aparato crítico variam entre diferentes filólogos. Cada edição crítica deve, na verdade, explicitar, em sua Introdução ou Prefácio, os métodos e o grau de detalhamento do seu aparato.

aquelas promovidas pelo próprio autor, chamadas de variações genéticas (Spaggiari e Perugi, 2004, p. 51-52).

No Brasil, a Universidade de São Paulo abre a cátedra de Filologia Portuguesa em 1938. Dentre os primeiros estudiosos, nomes como os de Francisco Rebelo Gonçalves, Mário Barreto, Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira, Antenor Nascentes e Augusto Magne se sobressaem (Carvalho e Silva, 2002, p. 59). Atualmente, a produção científica no campo da Filologia encontra-se em plena expansão não apenas na referida Universidade de São Paulo, mas também em instituições públicas de diferentes regiões do país, com destaque para as contribuições de Alicia Duhá Lose (UFBA), Antonieta Buriti de Souza Hosokawa (UFAC)⁴, Elias Alves de Andrade e Renata Ferreira Costa (UFS).

De tudo que foi exposto até aqui, fica a necessidade de deixar clara qual é a acepção de Filologia que se emprega em cada trabalho de edição de manuscritos. Para a realização dessas análises, adotamos o conceito de Filologia de Teixeira (2008), que a define como a “ciência do texto”. Esta ideia está de acordo com a acepção dada por Spina (1977):

[...] a Filologia concentra-se no texto, para explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado. A explicação do texto, tornando-o inteligível em toda a sua extensão e em todos os seus pormenores, apela evidentemente para disciplinas auxiliares a (literatura, a métrica, a mitologia, a história, a gramática, a geografia, a arqueologia, etc.) (*sic*), a fim de elucidar todos os pontos obscuros do próprio texto. Esse conjunto de conhecimentos complicados, dando a impressão de verdadeira cultura enciclopédica de quem os pratica, constitui o caráter erudito da Filologia (Spina, 1977, p. 75-76).

Além dessas “disciplinas auxiliares”, que compõem o “caráter erudito da Filologia”, há outras que, ao se especializarem no exame de aspectos específicos do manuscrito, tornaram-se ciência autônomas, tais quais aquelas elencadas na citação. Dentre elas, encontramos a Diplomática, da qual tratamos com maior detalhamento a seguir.

2.2 A Diplomática

A origem da Diplomática remonta ao século XVII. Sabe-se que sua evolução teórico-metodológica pode ser dividida em três períodos: a Diplomática clássica, a moderna e a contemporânea. Vejamos as principais características de cada um desses momentos.

⁴ Lotada, atualmente, na Universidade Federal de Alfenas.

A primeira fase da Diplomática, chamada clássica, caracteriza-se por seu viés prático no que se relaciona a uma necessidade jurídica. Segundo Tognoli (2014), diferentes ordens eclesiásticas utilizavam, ao longo do século XVII, documentos conhecidos como *diplomas* (daí o nome Diplomática) como prova de propriedades, o que lhes proporcionava riqueza e poder. No fito de atestar a autenticidade ou a falsidade desses documentos, foram desenvolvidos os primeiros tratados acerca dos métodos de avaliação documental. Em 1675, o jesuíta Daniel van Papenbroeck (1628-1714), a partir de um método de análise, alega ser falso um diploma em favor do Mosteiro de São Maximino. Desse modo, o referido religioso torna-se o primeiro crítico de diplomas a propor regras para o exame de documentos oficiais. Como resposta às alegações de Papenbroeck, o beneditino Daniel Mabillon (1632-1707) publica *De re diplomatica libri VI* (1681), obra na qual são analisados algo em torno de 200 documentos a partir de um método considerado científico (Duranti, 1989). Em suma, pode-se afirmar que os trabalhos de Papenbroeck e Mabillon elaboram as bases para o estabelecimento da Diplomática em seu período clássico, pois formulam os critérios para a determinação da autenticidade/falsidade de documentos para fins práticos (Souza, 2023).

Já a Diplomática moderna se consolida quando seu interesse recai sobre o valor histórico dos documentos, o que ocorre com o surgimento, em toda a Europa, do novo conceito de Nação após a queda do Antigo Regime. No contexto em que a construção do passado histórico era um objetivo comum dos novos Estados (bem ao gosto do Romantismo que se iniciava), os documentos guardados nos arquivos constituem-se como os principais meios para se efetuar tal intenção. Ao longo de todo o século XIX, “os historiadores consideravam os arquivos como os grandes depósitos do passado, e os documentos ali preservados foram considerados fontes privilegiadas e basilares para a pesquisa histórica” (Tognoli, 2014, p. 44). O ponto alto dessa investida dos historiadores nos métodos da Diplomática para fins historiográficos se dá com as pesquisas de Theodor von Sickel (1826-1908). Responsável por desenvolver as novas bases teórico-metodológicas para os estudos diplomáticos entre 1861 e 1867, o historiador prussiano promove o aprimoramento da Diplomática para o estudo de fontes documentais. Contribui, ainda, conceituando, pela primeira vez, o objeto⁵ de estudo da Diplomática (Souza, 2023).

⁵ O objeto de estudo dessa disciplina é, segundo Belloto (2002), o documento emitido por órgão legal, além de ser sujeito a uma regulamentação imposta pelo Direito. Sendo essa a ocasião do manuscrito de nosso corpus, a análise com base diplomática se torna essencial para o presente trabalho.

Finalmente, a Diplomática avança em direção ao seu terceiro período, conhecido como contemporâneo. Segundo Tognoli (2014, p. 100), isso ocorre, inicialmente, quando Robert-Henri Bautier (1922-2010) propõe que a Diplomática seja aplicada a todos os documentos de arquivo, não apenas àqueles considerados históricos. Ou seja, a Diplomática contemporânea deixa de ser instrumental para a História, deixa de olhar apenas para o passado: ela passa a ser utilizada como referencial para a organização da informação contida nos arquivos.

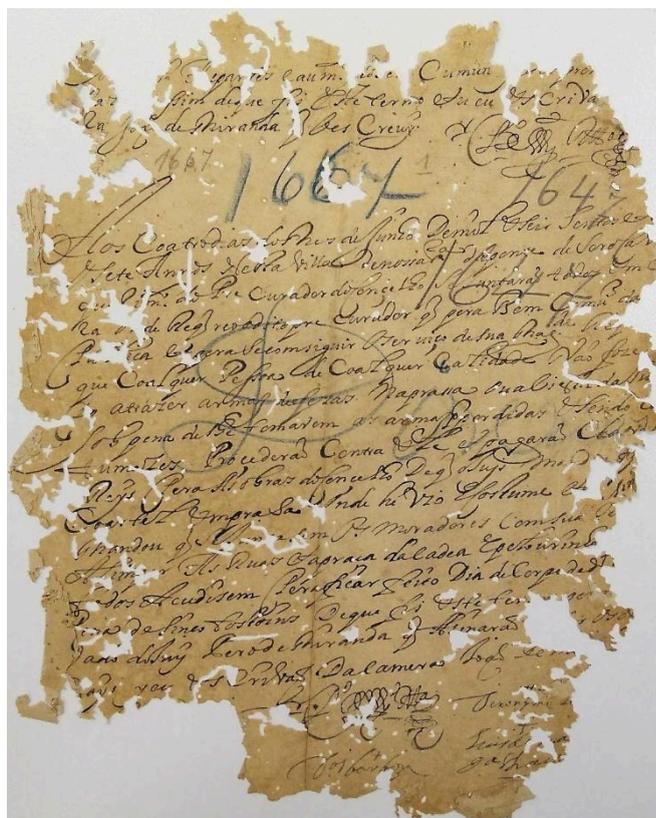
Atualmente, um dos principais nomes da Diplomática é o da já citada pesquisadora Luciana Duranti, responsável pela popularização da terminologia diplomática em língua inglesa. No Brasil, Heloísa Bellotto, que nos deixou há pouco, em março de 2023, é a mais importante referência em Diplomática e Arquivística. Tendo atuado principalmente na Universidade de São Paulo, Bellotto foi responsável pela formação da atual geração de pesquisadores nessas duas áreas, da qual se destacam Ana Maria de Almeida Camargo, Ana Célia Rodrigues, Sonia Maria Troitiño Rodriguez e Natália Bolfarini Tognoli.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho filológico, como já exposto anteriormente, se realiza pela aplicação de diferentes disciplinas no estudo do manuscrito. Assim, nesta seção, apresentamos o facsímile, ou seja, a reprodução fotográfica do texto, e o descrevemos por meio do referencial teórico-metodológico de duas ciências intimamente relacionadas à Filologia, a saber, a Codicologia e a Paleografia. Além disso, detalhamos o recorte da análise diplomática a ser realizada.

Iniciamos, portanto, com a imagem facsimilar do manuscrito. Isso se impõe pela intenção de proporcionar aos leitores e leitoras do trabalho a possibilidade de cotejo da reprodução do manuscrito com a transcrição que se segue a ela.

Figura 2 – O facsimilar do manuscrito de 04 de junho de 1667.



Fonte: Registro fotográfico realizado pelos autores.

Após a apresentação do facsimile, materializada na Figura 2, passamos à descrição de aspectos físicos do manuscrito. Para tanto, adotamos a metodologia codicológica.

Codicologia (*codex* = códice, o livro antigo; *logia* = estudo) é uma das disciplinas auxiliares ao labor filológico. De acordo com Souza (2020, p. 80), define-se Codicologia como “a ciência que investiga a história de um texto manuscrito por meio da descrição de sua gênese material, do detalhamento de sua formatação e conteúdo e da identificação de seu percurso até a atual localização”. Para tanto, o filólogo deve se atentar a uma série de características materiais do documento que tem em mãos.

Podemos resumir a descrição codicológica do manuscrito pelas informações abaixo:

1. Trajetória do documento: papel europeu fabricado no século XVII, utilizado em Sorocaba em 04 de junho de 1667, custodiado atualmente pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo sob a cota CO472.
2. Aspectos intrínsecos: o material se apresenta em tonalidade bege, com dimensão de aproximadamente 305 mm de altura x 190 mm de largura (margens corroídas

por papirófagos). Sem marca d’água aparente. O fólio era originalmente parte de um livro cuja encadernação se perdeu.

3. Aspectos extrínsecos: escrita produzida com tinta ferrogálica e pena de ave, com mancha de 290 mm de altura x 1 mm de largura, aproximadamente, com foliação original (ilegível por dano do suporte) na margem superior direito do *recto*. A página abriga 2 documentos: o primeiro com 3 linhas mais assinaturas; o segundo, com 17 linhas mais assinaturas. O conteúdo se refere a uma reunião para vereança na vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba.

4. Evidências de restauro: não há.

Agora, faremos uma breve descrição da escrita encontrada no manuscrito. Isso é efetuado por meio do repertório teórico-metodológica da Paleografia.

Paleografia (*paleos* = antiga, *grafia* = escrita) é uma dentre as disciplinas auxiliares da Filologia. De fato, ela é contemporânea a Diplomática, pois o já mencionado Mabillon inclui em seu *De re diplomática libri VI* um capítulo inteiramente dedicado ao estudo da escrita (Duranti, 1989). Segundo Berwanger e Leal (2008, p. 16), a Paleografia “abrange a história da escrita, a evolução das letras, bem como os instrumentos para escrever”.

Pelo exposto, a descrição paleográfica do nosso manuscrito aponta que a letra empregada na construção do texto é do tipo *humanística*, cujas características principais são a sua cursividade e sua inclinação à direita, além do arredondamento das letras. É, de fato, o tipo gráfico manuscrito em vigor desde então (Berwanger e Leal, 2008).

Seguimos para os resultados da análise diplomática.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, apresentamos a transcrição modernizada do fólio sob análise. Aqui, adotamos as normas desenvolvidas por Toledo Neto (2020). Em seguinte, fazemos um breve comentário sobre o conteúdo do documento. Encerramos essa seção com os resultados da análise diplomática. Vejamos, então, a transcrição modernizada:

[**] As partes e aum[*] comum [**]

[**] fim de que fiz este termo e eu escrivã[o] [da]

[câma]ra João de Miranda que o escrevi

Pero de Miranda

- 5 Aos quatro dias do mês de junho de mil seiscentos e [sessenta]
e sete anos nesta Vila de Nossa Senhora da Ponte de Soroca[ba]
por [requeri]mento do procurador do conselho se juntaram todos em c[âma]
[ra] [onde] requereu o dito procurador que para bem comum da [re]
p[úbli]ca e para se conseguir o serviço de Sua Majestade req[uereu]
10 que qualquer pessoa de qualquer qualidade não fize[sse] [**]
do a trazer armas defesas na praça ou ali guardá-l[as]
sob pena de lhe tomarem as armas por perdidas e sendo [**]
[***] procederão contra eles e pagarão quatro [mil]
réis para as obras do conselho de que o juiz mand[ou] [fazer]
15 quartel em praça onde é uso e costume e [outros]sim
mandou que juntassem os moradores com sua [**]
a lim[pa]r as ruas e a praça da cadeia e pelourinho [**]
todos acudissem para ficar feito dia de corpo de [Deus] [sob]
pena de cinco tostões de que fiz este ter[mo] por [man]
20 [d]ado do juiz Pero de Miranda que assinaram [todos] os of[i]
[ci]ais e eu escrivão da câmara João de [Miranda]

Pero de Miranda Jeronymo [Luiz]

Luiz de *miranda*

domingos barboza galhaes

Este manuscrito apresenta dois documentos, ambos do gênero termo. O primeiro documento foi iniciado em outro fôlio e, por conta disso, vemos apenas suas três últimas linhas. Sendo este o fôlio mais antigo que obtemos no nosso *corpus*, não é possível saber o que precede tal trecho. Mesmo assim, sabemos que se trata de um termo, por conta da própria

nomeação dada pelo autor que, na linha 2 escreve: “de que fiz este termo”. Além disso, temos o nome do escrivão, João de Miranda, assim como a assinatura do juiz Pero de Miranda⁶.

Já o segundo documento se encontra completo. Ele é datado de quatro de junho de 1667, também de autoria do escrivão João de Miranda. O texto começa com as datações cronológica e topológica, isto é, quando e onde o documento foi redigido, e segue com duas ações oficiais tomadas pela câmara naquele dia. Em seguida, o escrivão cita o nome do juiz, Pero de Miranda, e vemos sua assinatura junto as dos demais oficiais da câmara, como Luiz de Magalhaes, Domingos Barboza e Jerônimo Luiz. Interessante notar, também, que João de Miranda é irmão de Pero de Miranda, os quais são netos do fundador Baltasar Fernandes (Leme, 1905).

Para a análise diplomática dos elementos do texto, utilizamos os conceitos delimitados por Bellotto (2002). Logo, os elementos são divididos em extrínsecos e intrínsecos. Os extrínsecos são o suporte, a escrita, a linguagem, os sinais especiais, os selos e as anotações. Já os intrínsecos são o protocolo, o texto e o escatocolo.

Na porção inicial do documento, temos o protocolo. Nos termos de vereança, ele é composto por quatro partes: a datação cronológica, datação tópica, o objetivo da reunião e, por fim, a nomeação dos oficiais. Após o protocolo, o documento nos apresenta o texto, onde se descrevem as decisões tomadas pelos oficiais. Ali, documento não apresenta subdivisões como o protocolo. Todavia, é possível encontrar mais de uma ação oficial no texto, como é o caso do manuscrito analisado neste estudo. O documento é encerrado pelo escatocolo, que conta três partes: o encerramento, a nomeação do escrivão e, finalmente, as assinaturas (Souza, 2023).

O Quadro 1 a seguir apresenta as divisões descritas, assim como suas subdivisões e a forma com a qual se redigem suas variações:

Quadro 1 - Modelo diplomático dos termos de vereanças.

Parte	Subdivisão	Trecho	Variações
Protocolo	Datação cronológica	Aos X dias do mês Y de Z anos	-

⁶ O nome ‘Pero’ é uma forma arcaica de ‘Pedro’, porém em nossa pesquisa optamos pela nomeação original. Isso acontece, por exemplo, com Pero Vaz de Caminha, cujo nome nunca é modernizado.

	Datação tópica	nesta Vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba	-
	Objetivo da reunião	por requerimento do procurador do conselho (e do paço)	-
	Nomeação dos oficiais	se juntaram todos em Câmara onde	-
Texto	Ações oficiais	requereu o dito procurador (do conselho) ...	-
Escatocolo	Encerramento	de que fiz este termo por mandado do juiz NOME DO JUIZ (e os oficiais da Câmara) que assinaram todos os oficiais	de que se assinaram todos; de que passei este termo como escrivão da câmara
	Nomeação do escrivão	e eu escrivão da Câmara NOME DO ESCRIVÃO (que o escrevi)	
	Assinaturas	-	-

Fonte: Souza (2023).

Realizadas essas divisões, conseguimos utilizá-las para a análise do documento. Segue abaixo o modelo aplicado ao nosso *corpus*:

Quadro 2 - Modelo diplomático dos termos de vereanças aplicado ao fôlio 1 *recto*.

Parte	Subdivisão	Trecho
Protocolo	Datação cronológica	Aos quatro dias do mês de junho de mil seiscentos e [sessenta] e sete anos
	Datação tópica	nesta Vila de Nossa Senhora da Ponte de Soroca[ba]
	Objetivo da reunião	Por [requeri]mento do procurador do conselho
	Nomeação dos oficiais	se juntaram todos em câmara [onde]
Texto	Ações oficiais	requereu o dito procurador que para bem comum da [re]p[úbli]ca e para se conseguir o serviço de Sua Majestade req[uereu] que qualquer pessoa de qualquer qualidade não fize[sse] [**] do a trazer armas defesas na praça ou ali

		guardá-l[as] sob pena de lhe tomarem as armas por perdidas e sendo [**] [***] procederão contra eles e pagarão quatro [mil] réis para as obras do conselho de que o juiz mand[ou] [fazer] quartel em praça onde é uso e costume e [outros]sim mandou que juntassem os moradores com sua [**] a lim[pa]r as ruas e a praça da cadeia e pelourinho [**] todos acudissem para ficar feito dia de corpo de [Deus] pena de cinco tostões
Escatocolo	Encerramento	de que fiz este ter[mo] por [mand]ado do juiz Pero de Miranda que assinaram [todos] os of[ic]iais
	Nomeação do escrivão	e eu escrivão da câmara João de [Miranda]
	Assinaturas	Pero de Miranda - Jeronymo [Luiz] - Luiz de magalhaes - domingos barboza

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme o Quadro 2, o documento começa com o protocolo, que, por sua vez, se inicia com a datação cronológica, declarando assim ser escrito no dia quatro do mês de junho de mil seiscentos e sessenta e sete anos. Ela é seguida pela datação tópica, a Vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba. Na sequência, vemos o objetivo da reunião, que foi o requerimento do procurador do conselho, e para finalizar o protocolo, a nomeação dos oficiais, os quais eram aqueles presentes na câmara.

O texto do documento anuncia duas ações oficiais. A primeira é a proibição do uso ou do armazenamento de armas na praça, sob pena das armas serem tomadas e aplicada ao seu portador uma multa de quatro mil réis. Já a segunda mostra uma ordem aos moradores a se juntarem com intuito de limpar as ruas, a praça e o pelourinho da vila (caso o morador não comparecesse, teria de pagar para a câmara 5 tostões). Além disso, ele define que tais tarefas deveriam ser feitas no dia de *Corpus Christi*, escrito no documento como “dia de Corpo de Deus”. Já o escatocolo encerra o documento declarando este ser do gênero termo e também dá o nome do juiz. Temos a nomeação do escrivão e, por fim, as assinaturas.

Discute-se, com esses resultados, que confirmamos a presença de um documento da espécie termo em meio a manuscritos conhecidos, seja na Filologia seja na História, como atas. Muito embora essas duas espécies documentais se construam com elementos internos em comum (Souza, 2023), julgamos que devemos tratar cada uma delas de forma específica. Isso quer dizer que é necessário, por parte dos pesquisadores que utilizam de documentos

camarários em seus trabalhos, nomear o documento conforme a sua real configuração diplomática.

5 CONCLUSÃO

O presente artigo surgiu a partir da análise filológica de um manuscrito produzido em Sorocaba nos idos do século XVII. Nossos objetivos foram apresentar uma edição modernizada do texto e traçar o seu perfil diplomático. Com esse intuito, utilizamos as disciplinas auxiliares da Filologia: a Diplomática, a Paleografia e a Codicologia.

Conseguimos, dessa forma, analisar o nosso documento em seus diferentes atributos e, com a Diplomática, identificar o seu gênero documental, a saber, o termo, ao invés de ata, como é comumente rotulado. Isso foi feito com a aplicação de um modelo diplomático.

Feitas a edição e a análise do documento, nossa pesquisa se torna útil para estudos no campo da história, uma vez que os termos nos mostram o cotidiano da câmara e também de sua vila. Além disso, ressaltamos a importância da correta denominação dos documentos: uma vez que a Diplomática reconhece a existência de diferentes espécies documentais, propomos que a nomenclatura termo de vereança seja utilizada para referência a manuscritos dessa natureza, quando assim eles se configurarem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Aluísio de. Memória histórica de Sorocaba (I). **Revista de História**, [S. l.], v. 29, n. 60, p. 335-353, 1964. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123156>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BASSETTO, Bruno Fregni. **Elementos de filologia românica**. São Paulo: Edusp, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002. (Projeto Como fazer, 8)

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e Diplomática**. 3 ed. revista e ampliada. Santa Maria: Editoraufsm, 2008.

CARVALHO E SILVA, Maximiano de. A Palavra Filologia e as suas Diversas Acepções: os problemas da polissemia. **Confluência** – Revista do Instituto e Língua Portuguesa, n. 23, 1º sem. 2002, Rio de Janeiro, p. 53-70. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/1150/905>. Acesso em: 29 jan. 2024.

COSTA, Renata Ferreira. Filologia: a ciência dos textos escritos. In: OLIVEIRA, Carlos Héric Silva; MACIEL, Luciana Novais (Orgs.). **Linguagens, Tecnologias e Interfaces Culturais**. Anais eletrônicos da IV Semana de Letras da Faculdade Pio Décimo. Aracaju, 2015. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/979064/linguagens-tecnologias-e-interfaces-culturais>. Acesso em 16 jan. 2024.

DURANTI, Luciana. Diplomatics: New Uses for an Old Science, Part I. **Archivaria**, [S. l.], v. 28, p. 7-27, 1 jan. 1989. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11567>. Acesso em: 26 jan. 2024.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia Paulistana**. Vol. 7. São Paulo: Duprat & Comp, 1905.

SOUZA, Ivan Douglas de. Livros da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba (sécs. XVII e XVIII): estudo codicológico. In FACHIN, Phablo Roberto Marchis; MONTE, Vanessa Martins do (Orgs.). **Pesquisas em Andamento**: caminhos pela filologia e pela história e historiografia do português [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH, 2020. Disponível em: DOI 10.11606/9786587621104. Acesso em: 27 jan. 2024.

SOUZA, Ivan Douglas de. **Entre termos e atas: produção documental na Câmara de Santana de Parnaíba (1679-1839)**. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. **Fundamentos da crítica textual**: história, metodologia, exercícios. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. **Introdução à Edótica: Crítica textual**. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.

TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. A filologia textual: o revelar de aspectos da história. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA, n. 8, 2008, Rio de Janeiro. **Cadernos do CNLF**. Rio de Janeiro: CiFEFiL, vol. 7, 2008, p. 17-26. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xiicnlf/08/02.pdf/>. Acesso em: 26 jan. 2024

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A construção teórica da Diplomática**: em busca de uma sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

TOLEDO Neto, S. de A. Um caminho de retorno como base: proposta de normas de transcrição para textos manuscritos do passado. **Travessias Interativas**, v. 10, n. 20, p. 192-208, 26 jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/Travessias/article/view/13959/10679>. Acesso em: 26 jan. 2023.